



EIXO TEMÁTICO:
Compartilhamento da Informação e do Conhecimento

HUMANIDADES DIGITAIS E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: ESTUDO SOBRE A PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA

DIGITAL HUMANITIES AND PUBLIC LIBRARIES: A STUDY OF PRESERVATION AND DISSEMINATION OF MEMORY

Marcos César Triches marcos.triches@uel.br
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UEL)

Francisco Carlos Paletta fcpaletta@usp.br
Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Londrina

João Arlindo dos Santos Neto santosneto@uel.br
Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (PPGCI/UNESP)
Professor do Departamento de Ciência da Informação e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UEL

Resumo: As bibliotecas sempre assumiram o papel de guardiãs do conhecimento e da memória e com isso participam do desenvolvimento das humanidades. Com o passar dos anos, as suas atribuições aumentaram e foram para além da função de custódia de documentos, e há alguns anos são responsáveis pela produção documental e sua disseminação. O objetivo deste trabalho é discutir a contribuição das humanidades digitais para preservar e disseminar a memória de comunidades locais em bibliotecas públicas. É discutida a missão das bibliotecas públicas no Brasil e no mundo, relacionada a preservação da história e memória local e quais são as principais mudanças advindas do avanço tecnológico nesse contexto. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e de delineamento bibliográfico a partir de levantamento realizado na base Brapci. Como resultados iniciais, salienta que as mudanças ocasionadas pelas humanidades digitais proporcionam uma nova realidade, que permite que serviços que outrora eram renegados possam ser aplicados para o uso do público. Considera-se, assim, as humanidades digitais possibilitam a preservação da memória em outros formatos que não apenas o escrito em bibliotecas públicas. Entre os desafios das bibliotecas públicas, conclui-se que um deles é o de conscientizar e educar a sociedade em relação ao patrimônio cultural, a preservação da história e memória social.

Palavras-chave: Biblioteca pública. Humanidades digitais. Memória patrimonial e cultural.

Abstract: Libraries have always assumed the role of guardians of knowledge and history and, thus, participate in the development of humanities. Over the years, their duties have increased and extrapolated the function of safekeeping documents, and for some years, responsibility of

the production and dissemination of documents. The purpose of this article is to discuss the contribution of the digital humanities to the preservation and dissemination of the history of local communities in public libraries. It discusses the mission of public libraries in Brazil and in the world, related to the preservation of history and public record and what are the main changes resulting from technological advances in this context. The research is characterized as exploratory and with bibliographic design based on a survey carried out in the Brapci database. The initial results highlight that the changes brought about by the digital humanities bring a new reality, which allows the application of services that were previously discarded for public use. Therefore, it is considered that the digital humanities make it possible to preserve memories in formats other than those written in public libraries. Among the challenges of public libraries, it is concluded that one of them is to raise awareness and educate society about cultural heritage, the preservation of history and social memory.

Keywords: Public Library. Digital Humanities. Cultural and heritage memory.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, as bibliotecas assumiram o papel de guardiãs da memória e do conhecimento, proporcionando o desenvolvimento das humanidades – conjunto de disciplinas que integra as Ciências Humanas e Sociais, Artes e Letras que tem por objetivo “entender a presença e ações do ser humano em seu meio de existência” (GARDNER; MUSTO, 2015 *apud* OLIVEIRA; MARTINS, 2017, p. 11). No entanto, há alguns anos, as responsabilidades das bibliotecas vão muito além de serem repositórios da informação. Para além da função de custódia, as bibliotecas são responsáveis pela produção documental no mundo digital e sua disseminação.

Guerreiro e Borbinha (2014), por exemplo, analisam a importância das bibliotecas para as humanidades considerando o contexto atual marcado pelo extenso uso de recursos digitais. Segundo os autores, bibliotecários são responsáveis pela tarefa fundamental de auxiliar pesquisadores na produção de conhecimento, sobretudo por meio da criação de serviços e produtos que preservem e disseminem a informação.

É nesse contexto que as chamadas “humanidades digitais” estão inseridas. De acordo com Dan Cohen (2011 *apud* ALVES, 2016), as humanidades digitais são cruciais para estimular todo o potencial de investigação, ensino, publicação e divulgação das humanidades por meio de ferramentas, fontes e métodos. Por isso, na “Era Digital” é impensável que pesquisadores negligenciem o uso de recursos computacionais tanto para coletar, organizar, tratar e analisar seus dados de pesquisa, ou seja, aprimorar suas investigações, quanto para divulgar e disseminar os resultados de suas respectivas pesquisas e, também, disponibilizar seus dados de pesquisa.

Apesar de serem amplos os estudos que analisam as ferramentas disponíveis na área de humanidades digitais, poucos autores se debruçam na compreensão do impacto real de tais ferramentas não apenas na produção de conhecimento, como na própria vida cotidiana da população (KOH, 2015 *apud* MEDEIROS *et al.*, 2017). Um exemplo dessa influência é a utilização de ferramentas das humanidades digitais por bibliotecas públicas para produzir, preservar e disseminar a memória de comunidades locais na quais estão inseridas, ou seja, se, por um lado, tais ferramentas permitem registrar o modo de vida e experiências de uma determinada comunidade, criando fontes primárias importantes para a futura produção de conhecimento; por outro lado,

a preservação da memória dá voz e palavra a uma enorme parcela da população comumente negligenciada pela história: os cidadãos comuns.

Tendo em vista essas considerações, o objetivo deste trabalho é discutir a contribuição das humanidades digitais para preservar e disseminar a memória de comunidades locais em bibliotecas públicas.

O trabalho está dividido em quatro seções. Primeiramente, apresenta-se a presente introdução e, em seguida, a metodologia do trabalho. Logo após discutem-se os resultados da pesquisa. E por fim, são apresentadas as considerações finais, sucedidas pelas referências.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é do tipo exploratória e vale-se da abordagem qualitativa. A preocupação da pesquisa qualitativa está no aprofundamento da compreensão de determinado grupo social, organização, entre outros. Esse modelo se opõe à ideia de modelo único para todas as ciências, uma vez que as ciências sociais apresentam especificidades que pressupõe uma metodologia própria. A pesquisa qualitativa também tem como foco aspectos da realidade que não podem ser quantificados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Em relação à coleta de dados, a pesquisa caracteriza-se por ser de caráter exploratório-descritivo, realizada por meio de levantamento bibliográfico (GIL, 2008). A pesquisa tem delineamento bibliográfico que possibilitou a revisão de literatura. Para o trabalho utilizou-se artigos disponíveis na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Google Acadêmico e as bases de dados do Portal Capes. Termos como “humanidades digitais”, “memória”, “bibliotecas públicas” foram utilizadas nas buscas.

3 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

A biblioteca pública além de ser o centro local de informação que prontamente torna acessível aos seus usuários o conhecimento e a informação de todos os gêneros é um espaço que congrega no seu acervo informações sobre a memória e história local – ou pelo menos deveria – (IFLA, 1994).

A preservação da memória tem sido estudada em bibliotecas públicas na Europa há algum tempo. Em Portugal, acervos de documentos com valor

memorialístico e vinculado à determinada região é chamado de “fundo local”. De acordo com Pensato e Montanari (1984 *apud* SILVA, 2015, p. 122), para ser considerado como fundo local são necessárias duas condições:

a primeira condição é que os documentos do fundo local sejam adquiridos, armazenados, comunicados, não em virtude do seu valor e significado factual, prático, mas como testemunho, documento histórico e cultural de determinado local; a segunda condição é que os documentos se refiram a um local e este é precisamente o facto que une documentos de temas e áreas de estudo diferentes.

Pensato e Montanari (1984 *apud* SILVA, 2015) reforçam a importância do fundo local para o ensino e pesquisa da história local. Nichols (1979 *apud* SILVA, 2015) vai além, realçando a importância não apenas local de documentos do fundo local, mas a contribuição valiosa que tais acervos podem oferecer para estudos históricos de horizonte nacional. Nunes (2012 *apud* SILVA, 2015) afirma que a importância da criação e manutenção de fundos locais em bibliotecas públicas é essencial para o cumprimento de sua função democratizadora de acesso à informação aos diversos públicos.

No Brasil, esse tema é discutido desde o final da década de 1970 com Miranda (1978). E em seu texto sobre missões da biblioteca pública, é relatada a importância da biblioteca de obter e preservar obras que representam a cultura e a história da comunidade local. Miranda sugere que bibliotecas adquiram livros, folhetos, jornais, cartões postais, fotografias e, quando possível, produzam materiais relevantes para a história local. Essas sugestões sobre a preservação e disseminação da memória refletem as necessidades de acervos em um período em que as tecnologias digitais ainda estavam pouco desenvolvidas – época em que a obra foi publicada. O referido autor não apenas acentua a importância do papel ativo das bibliotecas na própria produção de conteúdo, como considera o acervo relacionado à preservação da memória de comunidades locais o mais importante de toda a biblioteca.

E mais recentemente foi objeto de estudo de Milanesi (2013, p. 69), que cita a importância dessa instituição no desenvolvimento da memória local, por meio do avanço do uso de tecnologias:

Como nas bibliotecas tradicionais dos municípios há um espaço reservado para a inclusão de materiais referentes à cidade, o mesmo deverá ocorrer no plano digital. Assim, cada cidade fará o levantamento dos documentos que lhe são pertinentes: obras sobre o município e suas personalidades, coleções de revistas e jornais

antigos, fotos, depoimentos gravados, filmes e outros materiais que formam a sua memória. Esses documentos serão digitalizados e colocados à disposição de estudantes e outros interessados na história da cidade.

Para além do manifesto da IFLA e de estudos relacionados ao tema, há, no Brasil, legislação referente à preservação e disseminação de memória por bibliotecas públicas. O decreto municipal Nº 58.207/2018 da cidade de São Paulo, por exemplo, trata das atribuições dos equipamentos culturais paulistanos. O V do artigo 46, sobre as atribuições das bibliotecas públicas municipais, descreve como as bibliotecas devem lidar com a preservação da memória local: “fomentar a ocupação criativa das bibliotecas enquanto espaços de legitimação, fruição e difusão das culturas, a fim de estreitar zonas de vizinhança e convivência, assegurando o amplo acesso ao livro, à leitura e à literatura.” Referente às atribuições de Centros Culturais (que possuem em sua estrutura organizacional, dentre outros espaços, a presença de uma biblioteca), o inciso VI declara que os Centros devem “contribuir para a constituição de registro e preservação da história e memória do território”.

Ainda que não seja o foco do trabalho, destaca-se que ao contrário das bibliotecas municipais, os Centros Culturais Municipais não demandam a presença de profissionais da informação legalmente habilitados e com formação em Biblioteconomia. A participação de bibliotecário e da biblioteca nessa função é primordial tendo em vista o papel histórico da biblioteca de ser a guardiã e disseminadora do conhecimento escrito na forma de fontes documentais. É notório, portanto, que essa instituição já possui a expertise para lidar com a dinâmica da informação ao longo do tempo. Sendo assim, é estritamente importante a presença ativa de bibliotecários municipais na elaboração e execução de projetos que visem preservar e disseminar a memória de comunidades que contam com esse tipo de equipamento em sua região.

Considerando a responsabilidade das bibliotecas na preservação e disseminação da memória local, é fundamental que seu escopo se amplie de forma a incluir o tratamento de fontes para além de documentos escritos. Uma vez que os documentos escritos sempre foram caros e complexos para serem produzidos, e refletiam os interesses de uma parcela muito pequena da população. É notável que já no início do século XX, a Escola dos Annales ampliou o conceito de documento vinda do movimento positivista. Nessa nova acepção, considera-se documento não apenas fontes escritas, como também toda a produção humana, incluído os signos (LE GOFF,

1990 *apud* MEDEIROS *et al.*, 2017).

Para além do avanço tecnológico, a recente importância que se tem dado ao cidadão comum também acentua a necessidade do escopo das bibliotecas se ampliar para tratar de registros não escritos. Tendo em vista que a maior parte das fontes documentais “tradicionais” sempre foi fundamentalmente dominada por pessoas que estão no poder e ligadas à política, grande parte da sociedade não era representada em documentos escritos. Contudo, na década de 1960 ocorreu uma evolução importante. Nesse período, o interesse pela memória coletiva aumentou. Cidadãos comuns passaram a serem inseridos na historiografia, que já não focava exclusivamente nos considerados “grandes homens”. Essa mudança também decorreu do avanço tecnológico, sobretudo pela presença dos computadores. Foi nessa revolução documental que emergiu o dado, a série, a história descontínua em detrimento do acontecimento, das histórias lineares e da memória progressiva. Com isso, novos arquivos surgiram e a “memória coletiva valoriza-se e instaura-se como património cultural” (LE GOFF, 1990 *apud* MEDEIROS *et al.*, 2017, p. [9]).

Como muitas manifestações culturais populares ainda não são registradas pelo fato de que documentar esses eventos pode ser um processo complexo e custoso – dado que nem sempre é possível fazê-lo por meio da escrita –, para democratizar a preservação da história são necessárias outras fontes, vídeos, imagens, sons. As TIC, portanto, tornam esse processo possível (BERGENTHAL, 2014; FERRAZ, 2014).

Nesse contexto que as humanidades digitais se destacam, pois elas são, segundo Reid, “simplesmente, as humanidades dos tempos atuais” (HUMANIDADES, 2013). Complementando essa definição, temos a de Paris O'Donnell, onde as humanidades digitais são uma “atividade interdisciplinar em rápida evolução que não apenas transfere dados para a mídia digital, mas também estende radicalmente o uso potencial e o impacto de textos, objetos culturais e outros dados”. Em outras palavras, o meio de produção cultural, que tradicionalmente se caracteriza pelo texto e por objetos culturais, transfere-se para as mídias digitais e aumenta o potencial de registo e alcance da informação (HUMANIDADES, 2013).

Para Theodoros Chiotis (HUMANIDADES, 2013), humanidades digitais consistem na área que lida com a análise, síntese e apresentação da informação no ambiente digital e que estuda o impacto das mídias digitais nas disciplinas em geral. Essa definição amplia a ideia exposta na definição de James Cummings (HUMANIDADES, 2013): de que as humanidades digitais são apenas uma área de

estudo do impacto do digital nas humanidades.

Já para Paris O'Donnell (HUMANIDADES, 2013), as humanidades digitais são uma “atividade interdisciplinar em rápida evolução que não apenas transfere dados para a mídia digital, mas também estende radicalmente o uso potencial e o impacto de textos, objetos culturais e outros dados”. Em outras palavras, o meio de produção cultural, que tradicionalmente se caracteriza pelo texto e por objetos culturais, transfere-se para as mídias digitais e aumenta o potencial de registro e alcance da informação (HUMANIDADES, 2013).

A definição acima referida, vai ao encontro da mais recente orientação do Manifesto das Humanidades Digitais: “chamamos à construção de ciber-infra-estruturas evolutivas que respondam a necessidades reais”, ou seja, o Manifesto realça a necessidade de não apenas desenvolver a teoria relacionada às humanidades digitais, como também transformar teoria em prática (MANIFESTO, 2010).

Nesse contexto que as humanidades digitais se destacam, pois elas são, segundo Reid (HUMANIDADES, 2013), “simplesmente, as humanidades dos tempos atuais”. Gregory Crane (HUMANIDADES, 2013) complementa a citação de Reid ao afirmar que as ferramentas atuais disponíveis já possibilitam a criação de espaços dinâmicos para a vida intelectual tão diferente do ambiente precedente como a cultura oral é diferente do mundo da escrita.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de uma política de preservação e disseminação da memória por bibliotecas públicas é fundamental. De fato, é extremamente difícil que a memória de uma comunidade seja preservada e disseminada de forma orgânica pelos usuários da internet. Não à toa, a curadoria dessa informação por profissionais da informação e bibliotecas é necessária de forma que as informações sejam preservadas e recuperadas adequadamente.

A biblioteca, sobretudo por sua posição proeminente e histórica para as sociedades como um local de informação e cultura, possui uma predisposição natural para assumir essa importante função, tanto pelo suporte da informação que possuem, como pelas capacidades técnicas de profissionais bibliotecários. Por isso, é fundamental que o papel das bibliotecas seja ampliado de forma que possam tratar

não apenas de documentos escritos, como de demais fontes também. A organização desse conteúdo poderá, então, servir de base para a memória local, possibilitando a produção de conhecimento e dando voz ativa a membros da sociedade que normalmente são negligenciados pela história. Nesse cenário, as humanidades digitais são essenciais não apenas para a transferência de dados para as plataformas digitais, mas também para potencializar o uso da informação.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. R. As Humanidades Digitais como uma Comunidade de Práticas dentro do formalismo acadêmico. **Ler história**, n. 69, p. 91-103, 2016. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/31943>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BERGENTHAL, F. Lembrar de selecionar para então, esquecer: reflexões sobre memória, arquivo e seus modos de expressão. **Biblos**, v. 28, n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/download/5392/3518>. Acesso em: 20 maio 2021.

FERRAZ, M. N. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. esp., p. 18-30, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/h3kdkrxzgdBqk8cm9ZKtqhd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERREIRO, D.; BORBINHA, J. Humanidades digitais: novos desafios e oportunidades. **Cadernos BAD**, n. 1, p. 63-78, jan./jun. 2014 Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1060/pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

HUMANIDADES digitais. Brasil. 2013. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/o-que-sao-humanidades-digitais/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

IFLA/UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MANIFESTO pelas humanidades digitais. 2010. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MEDEIROS, A. L. S.; TREZZE, L. J. L.; LEITE, T. P.; MELO, E. S.; OLIVEIRA, A. C.;

TEIXEIRA, M. F. Humanidades digitais na Fundação Casa de Rui Barbosa: um estudo aplicado de seu conceito. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB*, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônico [...]**. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/195/845. Acesso em: 06 maio 2021.

MILANESI, L. Biblioteca pública: do século XIX para o século XXI. **Revista Usp**, n. 97, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685/64574>. Acesso em: 07 maio 2021.

MIRANDA, A. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, jan./jun. 1978.

OLIVEIRA, L. F. R.; MARTINS, D. L. O estado da arte em pesquisas sobre humanidades digitais no Brasil. **PRACS: Revista eletrônica de humanidades do curso de ciências sociais da UNIFAP**, v.10, n.1, p.09-20, jan./jun.2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/download/2635/felipev10n1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

SÃO PAULO (cidade). Decreto municipal Nº 58.207/2018 de 24 de abril de 2018. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Cultura, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica, bem como transfere cargos para o Quadro Específico de Cargos de Provimento em Comissão. **Diário oficial do município**, 25 abr. 2018. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58207-de-24-de-abril-de-2018/detalhe>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SILVA, P. A. Fundo local: ao encontro da identidade e da memória. **Páginas A&B**, v. 3, n. 3, p. 119-128, 2015. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/668/634>. Acesso em: 28 abr. 2021.